

**Fundos Europeus Estruturais e de  
Investimento  
Estudo do Projeto do Parque Natural do Tejo  
Internacional**

**VERSÃO FINAL APÓS DEFESA**

**Tiago Manuel Ramos Salvado**

Relatório de Estágio para obtenção do Grau de Mestre em  
**Relações Internacionais**  
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Alcino Fernando Ferreira Pinto Couto

**abril de 2021**

**Folha em branco**

# **Dedicatória**

Dedicada à memória do meu avô, que tanto fez para que este momento fosse possível.

**Folha em branco**

# **Agradecimentos**

Os meus agradecimentos recaem, em primeiro lugar e acima de tudo, à minha família e amigos mais próximos, que me motivaram em todos os momentos e que me ajudaram a ultrapassar as fases mais difíceis ao longo destes anos. Pais, irmão, avós (um reconhecimento ainda mais especial ao “Professor Rocha”), Joana, Mariana, Ângela, Sofia, para nomear apenas alguns, um eterno agradecimento.

Agradecer também a todo o corpo docente deste Mestrado, em especial ao meu orientador, o Professor Alcino, por todo o auxílio, orientação e paciência. Sem si não teria sido possível.

Por fim, mas não menos importante, um enorme agradecimento a todos os trabalhadores da Câmara Municipal de Castelo Branco que tive a sorte de conhecer nestes meses, em especial aos colegas de seção e ao orientador do estágio que me deram todo o apoio que necessitei.

Um enorme bem-haja a todos.

**Folha em branco**

## **Resumo**

O presente relatório de estágio para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais foi elaborado com o tema “Fundos Europeus Estruturais e de Investimento: Estudo do Projeto do Parque Natural do Tejo Internacional”. Reflete os meses que foram passados em contexto de estágio curricular na Câmara Municipal de Castelo Branco, na Unidade de Planeamento, Promoção e Desenvolvimento Económico.

Os fundos citados acima são uma das ferramentas usadas pela União Europeia para auxiliar a financiar os projetos dos diversos Estados-membro da organização. Segundo a página *web* da Comissão Europeia, mais de metade das verbas da União Europeia são canalizadas através destes mesmos fundos.

O município de Castelo Branco, situado na região da Beira Baixa, tem lidado com o envelhecimento da sua população e com a saída de jovens para centros urbanos de maiores dimensões, como Porto e Lisboa. Perante estes constrangimentos, torna-se imperativa a presença de projetos que modernizem e deem outra projeção à região, e é nesse âmbito que se insere o Projeto do Parque Natural do Tejo Internacional, realizado juntamente com outros municípios da *Raya*.

Com este Relatório de Estágio pretende-se descrever e examinar as atividades relevantes desenvolvidas no estágio e refletir sobre o papel das relações internacionais na governação local.

## **Palavras-chave**

Fundos estruturais; Parque Natural do Tejo Internacional; União Europeia; Desenvolvimento local; Paradiplomacia; Atores subnacionais

**Folha em branco**

# **Abstract**

The present paper is to obtain the master's degree in International Relations, and it was elaborated with the title "European Structural and Investment Funds: Study of the Project for the Natural Park of the International Tejo". It reflects the months spent in a curricular internship in the Town Hall in Castelo Branco.

The aforementioned funds are one of the tools more commonly used by the European Union to help fund the projects of the member states in the organization. According to the website of the European Commission, more than half of the European Union's capital is channeled through these funds.

The city of Castelo Branco, located in the Beira Baixa, has been dealing with the aging of its population and with the departure of young adults to bigger urban centers, like Lisbon and Porto. With regards to this, the presence of projects that modernize the region becomes imperative, and it is in that aspect that the Project for the Natural Park of the International Tejo applies.

This Internship Report intends to describe and examine the relevant activities developed in the internship and reflect on the role of international relations in local governance.

# **Keywords**

Structural Funds; Natural Park of the International Tejo; European Union; Local Development; Paradiplomacy; Subnational actors.

**Folha em branco**

# Índice

1	Introdução	1
2	A escolha pelo estágio e do município de Castelo Branco	3
3	Caracterização	4
3.1	Descrição Físico-Ambiental	4
3.1.1	Localização	4
3.1.2	Descrição das montanhas e da paisagem	5
3.1.3	Geologia e Edafologia	7
3.1.4	Climatologia	7
3.1.5	Rede hidrográfica	8
3.1.6	Vegetação	8
3.1.7	Espaços protegidos	10
3.1.8	Lista das zonas protegidas no projeto	10
3.1.9	Povoamento e população	11
3.2	Mercado de trabalho e economia	12
3.2.1	Mercado de trabalho	12
3.2.2	Atividade económica	12
3.2.3	Setor primário	13
3.2.4	Setor secundário	14
3.2.5	Setor terciário	15
3.2.6	Infraestruturas viárias	15
3.3	Turismo	17
3.3.1	Iniciativas de desenvolvimento socioeconómico e turístico no PNTI	17
3.3.2	Produtos turísticos do PNTI	17
4	O município de Castelo Branco e Instituição: breves referências	19
4.1	Cultura em Castelo Branco	22
5	Fundos estruturais e desenvolvimento local	24
6	A dimensão internacional da política local	32
6.1	Iniciativas e experiências	32
6.2	Município de Castelo Branco: Qual o espaço para as Relações Internacionais?	35
7	Avaliação	37
8	Considerações finais	39

9 Bibliografia	41
10 Webgrafia	44

**Folha em branco**

# Lista de Figuras

- Figura I Organograma adaptado da Câmara Municipal de Castelo Branco
- Figura II Domínios do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização

**Folha em branco**

# Lista de Tabelas

Tabela I	Municípios portugueses do PNTI
Tabela II	Municípios espanhóis no PNTI
Tabela III	Serras do PNTI
Tabela IV	Campos de pastagem, Planos e Acessíveis do PNTI
Tabela V	Tipos de vegetação presente
Tabela VI	IBAs no território
Tabela VII	Produtos implementados no PNTI
Tabela VIII	Novas Propostas
Tabela IX	Propostas de novos itinerários
Tabela X	Os cinco tipos de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
Tabela XI	Quatro Áreas Prioritárias dos investimentos do FEDER
Tabela XII	Recursos atribuídos às diferentes áreas
Tabela XIII	Percentagem de projetos de economias assentes num baixo nível de emissões de carbono
Tabela XIV	Tipologia das regiões portuguesas e relação com os Fundos
Tabela XV	Quatro Programas Operacionais Temáticos no Continente
Tabela XVI	Cinco Programas Operacionais Regionais no Continente
Tabela XVII	Dois Programas Regionais nas Regiões Autónomas
Tabela XVIII	Três Programas de Desenvolvimento Rural
Tabela XIX	Seis Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia
Tabela XX	Objetivos principais do Europa 2020
Tabela XXI	Objetivos do Portugal 2020
Tabela XXII	Entraves ao financiamento da atividade económica e do investimento empresarial
Tabela XXIII	Propostas para a melhoria da competitividade da economia portuguesa

**Folha em branco**

# Lista de Acrónimos

CMCB	Câmara Municipal de Castelo Branco
RI	Relações Internacionais
PNTI	Parque Natural do Tejo Internacional
EU	União Europeia
CCCCB	Centro de Cultura Contemporânea de Castelo Branco
CEG	Complexo Xisto-Grauváquico
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
IBA	Important Bird and Biodiversity Areas
IAE	Impuesto de Actividades Económicas
TRIURBIR	Triângulo Urbano Ibérico Rayano
FEEI	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
FEDER	Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional
FSE	Fundo Social Europeu
FC	Fundo de Coesão
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEAMP	Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e das Pescas
PME	Pequenas e médias empresas
PNR	Plano Nacional de Reformas
PIB	Produto Interno Bruto
PO	Programas Operacionais
POCI	Programa Operacional Competitividade e Internacionalização
POISE	Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
POCH	Programa Operacional Capital Humano
POSEUR	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no uso dos recursos
I&D	Investigação e Desenvolvimento
CELE	Comércio Europeu de Licenças de Emissão
I&I	Investigação e Inovação

**Folha em branco**



# 1. Introdução

O estágio curricular teve lugar na Unidade de Planeamento, Promoção e Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal de Castelo Branco (CMCB). Este estágio foi realizado sob a orientação do responsável máximo da Unidade, no período de 20 de fevereiro a 18 de agosto de 2017.

Esta Unidade foca-se nos fundos comunitários, na criação de projetos e obtenção de parcerias que permitem ao município receber esses fundos da União Europeia (EU) e geri-los da melhor forma. Em Castelo Branco, a grande maioria das candidaturas para estes fundos são realizadas juntamente com municípios espanhóis da zona da Raya, e os projetos e parcerias já se encontram, em grande parte, estabelecidos há diversos anos e são renovados para cada ciclo de candidaturas.

As primeiras semanas foram passadas a conhecer e a tentar entender da melhor forma o que são os fundos comunitários, quais os diferentes tipos de fundos comunitários, de que forma podem os municípios candidatar-se a estes fundos e quais os projetos em que eles podem ser mais úteis. Após isso, tentou-se compreender de que forma o município de Castelo Branco revela uma política de captação e gestão dos fundos comunitários, através da análise de projetos em vigor, e outros mais antigos, destacando-se o projeto do Tejo Internacional, elaborado em parceria com outros municípios portugueses e espanhóis da zona da Raya.

As semanas seguintes centraram-se na análise de dados económicos, orçamentos dos projetos e averiguação do peso dos fundos comunitários nos mesmos. Focaram-se também no tratamento de dados económicos para alguns projetos atuais ou futuros, analisando por fim qual o impacto dos fundos comunitários e qual tem sido a sua tendência, se o seu peso nos projetos tem vindo a aumentar ou a diminuir.

Relativamente ao processo de candidatura propriamente dito, não houve grande interação com o programa, por este conter informações confidenciais e o estágio ser apenas curricular e de curta duração. Devido a isto, os meses que se seguiram incidiram mais numa vertente burocrática, de análise de outros projetos ou de planeamento e organização de eventos.

Ao longo dos 6 meses de estágio na CMCB, houve a oportunidade de participar em duas ações de formação acerca da carreira na Função Pública. Todavia, a experiência mais relevante terá sido o envolvimento na realização da Feira dos Sabores de Perdição, certame bianual realizado no centro da cidade de Castelo Branco. Juntamente com a

colega de gabinete, entrou-se em contacto com os diversos fornecedores, produtores e artesãos, e auxiliou-se no planeamento e distribuição dos mesmos pelas diversas bancas.

Finalizado o estágio em 18 de agosto de 2017, a análise da experiência revela vários aspetos positivos e outros que poderiam ter sido aprimorados e que se espera que sejam tidos em consideração para futuros estágios curriculares.

Entre os aspetos positivos tem de ser destacada, em primeiro lugar, a convivência com todos os funcionários da instituição, que, independentemente da idade, função ou estatuto, acolheram muito bem desde o primeiro dia e se mostraram sempre disponíveis a ajudar em qualquer situação. Seguidamente, a experiência em contexto profissional, razão maior pela qual se decidiu realizar um estágio curricular, foi também ela enriquecedora e um dos pontos mais positivos que se retiram destes seis meses. Houve também outros aspetos relevantes, como toda a formação e aprendizagem, os diferentes métodos de trabalho que até aí eram desconhecidos, o maior conhecimento acerca da instituição e da própria cidade. Considera-se que os primeiros referidos foram os mais positivos que se retiraram do estágio.

Como aspetos negativos, tem-se a referir, antes de qualquer outro, a falta de rumo e de planeamento do estágio curricular. Ficou-se muito grato, tanto à instituição que acolheu, como à Universidade que permitiu ter esta experiência profissional. Mas considera-se que há ações que deveriam ter sido tomadas para melhorar tanto a experiência como as conclusões da mesma. A que se considera mais relevante é um aumento das reuniões entre o estagiário, a Universidade e a instituição que iria acolher o estágio; estas reuniões permitiriam definir melhor o objetivo do estágio e fazer um acompanhamento mais próximo do processo de estágio e da evolução do mesmo. Isto poderia permitir evitar problemas na escolha do tema do relatório de estágio, e possibilitaria também à instituição de acolhimento retirar muitos benefícios do estagiário. O que por norma acontece, e que aconteceu também neste caso, foi que o estágio consistiu em atividades profissionais muito variadas, mas também muito genéricas por se tratar de um estágio de curta duração e não remunerado, em que não há um objetivo definido.

O presente relatório encontra-se dividido em sete secções, algumas das quais incluindo subsecções. A primeira secção, que será abordada em seguida, foca-se nos motivos que levaram à escolha do estágio e ao local onde viria a ser realizado o mesmo. Segue-se uma secção com três subsecções principais, cada uma delas dividida em mais

subsecções. Esta segunda secção destina-se à caracterização do PNTI e dos municípios e regiões abrangidos. A primeira subsecção caracteriza o espaço físico e o ambiente, abordando tópicos como a localização, a vegetação, a rede hidrográfica, entre outros. Segue-se uma subsecção acerca do mercado de trabalho e da economia destas regiões, e a terceira subsecção é relativa ao turismo desta zona. Na terceira secção do relatório aborda-se o município de Castelo Branco e a instituição onde se realizou o estágio curricular, abordando também numa subsecção a Cultura em Castelo Branco. Após esta secção, fala-se nos fundos estruturais e em como estes podem ser úteis para o desenvolvimento local. De seguida é abordada a dimensão internacional da Política Local, segmentando-se esta secção em duas subsecções; uma primeira subsecção referente às iniciativas e experiências do estágio, e uma segunda subsecção que aborda qual o espaço para as Relações Internacionais no município de Castelo Branco. A penúltima secção deste relatório foca-se na avaliação do estágio curricular, fazendo uma abordagem pessoal e profissional aos meses passados na Unidade. O relatório termina com as considerações finais, nas quais se faz uma síntese do documento e se deixa uma questão para futura investigação.

## **2. A escolha pelo estágio e do município de Castelo Branco**

O processo de escolha para o estágio curricular foi relativamente simples. Sendo albicastrense, e estando informado acerca da cidade nos mais diversos aspetos, houve uma procura acerca de instituições que pudessem ser relevantes para o mestrado, e que estivessem dispostas a formar um acordo de parceria com a Universidade.

Posto isto, a Câmara Municipal da cidade surgiu no topo da lista e, mais concretamente, a Unidade de Planeamento, Promoção e Desenvolvimento Económico, por ser a Unidade responsável pelos processos de candidatura e aplicação dos fundos estruturais europeus. Estas candidaturas envolvem várias temáticas que foram abordadas tanto na licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais, como no próprio mestrado em Relações Internacionais (RI), tais como a Negociação Internacional, Diplomacia e Política Externa, e também os mais diversos planos de estudos relacionados com a Economia.

Por forma a conseguir uma candidatura eficiente a fundos europeus, é necessário haver uma boa dose de comunicação e de negociação entre as diferentes partes envolvidas, seja entre duas instituições locais, regionais, nacionais ou até transnacionais. Estas candidaturas são muito importantes, especialmente para regiões com menor

capacidade financeira, como é o caso das Beiras e da zona da Raya, regiões com menor população, população mais envelhecida e, por conseguinte, menor produção de receitas para a região.

Relativamente à vertente internacional do mestrado, o município de Castelo Branco não preencheria muitos dos requisitos para ser o local de acolhimento do estágio, como se viria a confirmar mais tarde, mas esse ponto será abordado mais a fundo aquando da avaliação da experiência.

Um dos aspetos mais importantes para a escolha do município, além do aspeto óbvio de ser o município de residência, foi a vontade de ajudar a internacionalizar e a desenvolver a região, sendo um conhecedor das suas mais-valias e das suas potencialidades. Apesar do turismo ser das maiores fontes de receitas de Portugal, a região centro, particularmente o interior centro, é uma região que não colhe grandes dividendos dessas receitas. Isto pode dever-se quer à falta de promoção, quer à ausência de grandes infraestruturas a nível de transportes (o aeroporto mais próximo estar localizado em Lisboa, p.e.), quer a variadíssimos outros fatores. A ideia passou então por iniciar no município este estágio curricular com o intuito de cimentar a atividade profissional na região e poder auxiliar nesse crescimento.

## **3. Caracterização**

### **3.1 Descrição Físico-Ambiental**

#### **3.1.1 Localização**

De acordo com o Plano de Valorização 2018-2022, vemos que a área de atuação do projeto do PNTI se situa na zona transfronteiriça que marca o curso fluvial do Rio Tejo. O Tejo é o elemento comum e de união de todo o território que se estende linearmente ao longo de mais de 60km. A parte espanhola, declarada Parque Natural del Tajo Internacional, estende-se sob uma superfície de 25.088 hectares, enquanto a parte portuguesa, PNTI, estende-se sob uma superfície de 26.484 hectares. Assim, o PNTI compreende 9 concelhos portugueses e 13 municípios espanhóis, como se pode ver na tabela I e II.

Tabela I – Municípios portugueses do PNTI

<b>Castelo Branco</b>
<b>Castelo de Vide</b>
<b>Gavião</b>
<b>Idanha-a-Nova</b>
<b>Marvão</b>
<b>Nisa</b>
<b>Penamacor</b>
<b>Portalegre</b>
<b>Vila Velha de Ródão</b>

Fonte: Interreg Espanha-Portugal (2013)

Os municípios espanhóis presentes apresentam-se de seguida, na tabela II.

Tabela II – Municípios espanhóis no PNTI

<b>Alcántara</b>
<b>Brozas</b>
<b>Carbajo</b>
<b>Cedillo</b>
<b>Herrera de Alcántara</b>
<b>Membrío</b>
<b>Mata de Alcántara</b>
<b>Salorino</b>
<b>Herreruela</b>
<b>Santiago de Alcántara</b>
<b>Piedras Albas</b>
<b>Valencia de Alcántara</b>
<b>Zarza la Mayor</b>

Fonte: Interreg Espanha-Portugal (2013)

### **3.1.2 Descrição das montanhas e da paisagem**

Para caracterizar a paisagem transfronteiriça do PNTI torna-se essencial analisar a base física e também a geologia dos locais, algo que contribui para a sua diferenciação e singularidade.

Baseado no relatório do projeto Taejo Internacional Rede, os dois grandes conjuntos paisagísticos estão constituídos pelas serras e pelos espaços de campos planos ou as planícies, que são depois diferenciados pela sua litologia. Os extensos solos de ardósias e materiais metamórficos que compõem o denominado Complexo Xisto-Grauváquico (CEG) da planície e das serras do Sistema Central; os materiais quartzíticos que constituem o "armazém" litológico da maior parte das serras menores; as intrusões

graníticas, que têm uma presença notável no âmbito e os materiais terciários e quaternários de sedimentação que constituem os espaços com vocação agrícola. As gargantas e vales vinculados ao sistema do Tejo e seus afluentes tem a sua génese no encaixe do próprio rio sobre a planície, a favor das linhas de debilidade estrutural.

Ainda segundo o relatório do projeto Taejo Internacional Rede, o uso do solo é o fator que permite uma caracterização e diferenciação das paisagens. Distinguem-se tanto pelos usos florestais, os agropecuários, os puramente agrícolas, os urbanos e os usos mistos.

Assim, a paisagem articula-se em torno de dois grandes conjuntos, as serras e as planícies, conforme se vê nas tabelas III e IV.

Tabela III – Serras do PNTI

---

**Serras da planície ricas em quartzo**

**Serras do Sistema Central**

Fonte: Interreg Espanha-Portugal (2013)

Tabela IV - Campos de Pastagem, Planos e Acessíveis do PNTI

---

**Vertentes do Tejo e afluentes**

**Pradarias da planície**

**Pradarias sobre substrato granítico**

**Espaços florestais do monte autóctone**

**Pinhais de repovoação**

**Cultivos de olivais**

**Trabalhos e novos regadios da Idanha**

**Zonas de pasto dos Llanos de Brozas**

**Espaços de vocações múltiplas**

**Contornos urbanos de Castelo Branco e Portalegre**

Fonte: Interreg Espanha-Portugal (2013)

Conforme o relatório do Taejo Internacional Rede, a homogeneidade que apresentam as paisagens luso-espanholas de ambos os lados da fronteira, especialmente nas pradarias e montados portugueses são especialmente chamativas. Verifica-se uma assimetria entre as vertentes do Rio Tejo de um lado e do outro da fronteira, e uma maior dinâmica repovoadora com espécies produtivas no lado português.

### **3.1.3 Geologia e Edafologia**

Tendo em conta o relatório Taejo Internacional Rede, a área de estudo encontra-se situada no Maciço Hespérico e mais concretamente na Unidade Geológica Centroibérica. Está integrado pelas formações montanhosas do sul da Serra da Estrela, a qual configura o extremo ocidental do Sistema Central, e a planície alentejano-estremenha junta com diversas serras formadas durante a fase Hercínica com direções predominantes ONO-ESE (Oés-Noroeste És-Sudeste) a favor das grandes linhas de fratura. Caracteriza-se pela presença de litologias de material ardoso inscrito no CEG que formam a planície, quartzo e arenitos que constituem muitas das serras que possuem um encaixe do tipo "apalachense" como a de São Pedro e os afloramentos de plutões de leucos granitos, como os que caracterizam o núcleo de Marvão.

Ainda segundo este relatório, a zona é muito rica em recursos geológicos desde o urânio, ao granito, passando pelo estanho ou pelo volfrâmio. Isto é uma chave cultural, que levou à declaração de uma parte importante do território português como Geoparque.

### **3.1.4 Climatologia**

Diz o relatório Taejo Internacional Rede que o clima da área de estudo é do tipo mediterrâneo com uma certa influência atlântica na sua parte ocidental. Apresenta invernos pouco extremos quanto às temperaturas, com um máximo de precipitações no Outono-Inverno, que repete, mas com menos intensidade, na passagem do Inverno para a Primavera. O aumento das temperaturas é progressivo e homogéneo a uma brusca descida das precipitações nos meses de Verão, o que determina uma prolongada estiagem. O mesmo fenómeno produz-se, mas inversamente, no início do Outono, com um aumento brusco das precipitações paralela a uma descida suave e progressiva das temperaturas.

Ainda de acordo com este relatório, a pluviometria média anual é de 563,6mm e a temperatura média anual encontra-se em torno dos 16°C, o que no seu todo define o clima da zona como Mediterrâneo continental temperado.

A existência da barragem de Cedillo acarreta modificações climáticas locais ao aumentar a humidade que origina as massas de água, como é o caso da presença de abundantes neblinas, as quais originam uma importante precipitação de carácter horizontal.

### **3.1.5 Rede hidrográfica**

Seguindo o relatório Taejo Internacional Rede, a hidrografia da zona encontra-se condicionada de maneira absoluta pelo rio Tejo, elemento fundamental na configuração do declive e da paisagem, escavando profundamente a rocha. O Rio Tejo nasce na Serra de Albarracín e desagua formando um estuário na cidade de Lisboa. Segue uma direção este-oeste e constitui quase 50km de fronteira entre os países de Espanha e Portugal. Tem numerosos afluentes, que geralmente seguem uma direção Norte-Sul, cujo sentido depende da sua localização à esquerda ou direita do rio. Igualmente relevantes neste estudo são os rios Erjas e Sever, que atuam também como fronteira natural ao norte e ao sul do Tejo, respetivamente. O seu curso é propício a que grandes barragens se localizem no interior do território, como a Barragem de Alcántara ou a de Idanha. O território conta com solos pouco permeáveis que dificultam a criação de grandes massas de água subterrânea (Rodrigues et al, 2011).

A rede hidrográfica é regular e complexa. Está vertebrada fundamentalmente pelo rio Tejo, cujas águas estão influenciadas por três afluentes importantes: os rios Erjas, Salor e Sever (Rodrigues et al, 2011).

Ainda de acordo com o relatório acima citado, o Tejo atravessa o território de Este a Oeste e mantém-se reservado na barragem de Cedillo, situada no extremo mais ocidental do Espaço. As águas do reservatório chegam até à barragem de Alcántara, no seu limite oriental. Grande parte da extensão do reservatório, desde a barragem de Cedillo até à sua confluência com o rio Erjas, constitui a fronteira natural com Portugal.

Ao rio Tejo vertem as suas águas os importantes rios Erjas, Salor e Sever. Recolhe também o caudal de ribeiras como as de Carbajo e Aurela, e dos riachos Jartín, Galavís, Nuestra Señora e Cabrioso (Rodrigues et al, 2011).

### **3.1.6 Vegetação**

A vegetação potencial da área de estudo está muito condicionada pela altitude e pelo regime de precipitações. Assim, aparecem espécies dominantes como a azinheira (*Quercus ilex* subsp. *ballota*), o carvalho (*Quercus suber*) e o carvalho-negral ou carvalho-das-beiras ou carvalho-pardo (*Quercus pyrenaica*), em ordem ascendente em função da humidade das diferentes zonas (Almeida & Neves, 2019). Estes factos encontram-se reforçados na tabela V.

Tabela V – Tipos de vegetação presente

<b>Zonas de maior altitude (Serra da Malcata ou Serra de São Mamede)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Variedade luso-estremadurense húmido de <i>Quercus pyrenaica</i> ou carvalho-negral ou carvalho-das-beiras ou carvalho-pardo (<i>Arbuto-Qcto. pyrenaicae sigmetum</i>)</li> </ul>
<b>Zonas da planície (por volta dos 300m)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Variedade luso-estremadurense silicícola de <i>Quercus rotundifolia</i> ou azinheira (<i>Pyro bourgaeanae-Qcto. rot.e sigmetum</i>)</li> </ul>
<b>Em torno do rio Tejo e seus principais afluentes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Variedade luso-estremadurense silicícola de <i>Quercus rotundifolia</i> ou azinheira (<i>Pyro bourgaeanae-Qcto. rot.e sigmetum</i>)</li> <li>• Variedade luso-estremadurense e bética sub-húmida-húmida de <i>Quercus suber</i> ou carvalho (<i>Sanguisorbo agrimonoidis-Qcto. suberis sigmetum</i>)</li> </ul>
<b>Zonas com uma certa altitude, com mais precipitação (característico das serras médias como San Pedro)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Variedade luso-estremadurense e bética sub-húmida-húmida de <i>Quercus suber</i> ou carvalho (<i>Sanguisorbo agrimonoidis-Qcto. suberis sigmetum</i>)</li> </ul>

Fonte: Almeida & Neves (2019)

O território conta com uma grande heterogeneidade de ambientes que o fazem possuidor de elevados valores, e que alojam no seu interior uma grande quantidade de espécies distintas, muitas de elas de enorme interesse científico, social e ecológico. Destacam-se, pelo seu grau de ameaça ou pela sua singularidade espécies como a cegonha negra (*Ciconia nigra*), o caranguejo do rio autóctone (*Astropotamobius pallipes*) e a águia imperial ibérica (*Aquila adalberti*), classificadas como em "Perigo de extinção" pelo Catálogo Regional de Espécies Ameaçadas de Extremadura; o abutre negro (*Aegypius monachus*), a águia-perdigueira (*Hieraetus fasciatus*), o cedro-de-espanha (*Juniperus oxicedrus* subs..badia), o carvalho-português (*Quercus faginea*), o lagarto-de-Água (*Lacerta schreiberii*), o abutre-do-Egito (*Neophron percnopterus*), a águia real (*Aquila chrysaetos*), o abutre-fouveiro (*Gyps fulvus*), a águia-cobreira (*Circaetus gallicus*) e a lontra-europeia (*Lutra lutra*), além de numerosas espécies de orquídeas (Canilho, 2011).

Fruto desta importante biodiversidade é a inclusão de grande parte do território da Extremadura nas zonas de afetação dos Planos de Conservação, Maneio e Recuperação de espécies ameaçadas.

### **3.1.7 Espaços Protegidos**

O território da Extremadura conta com 3 Espaços Naturais Protegidos e 12 espaços incluídos na Rede Natura 2000, coincidindo em alguns casos ambas as formas de proteção. A superfície total protegida deste território é de 102.946 Ha, ou seja, 39,55% da sua superfície (Sundseth, 2008).

As duas regiões portuguesas que se incluem neste território contam a este com um total de 4 espaços da Rede Nacional de Áreas Protegidas e 6 integrantes na Rede Natura 2000. A superfície total protegida é de 146.148 Ha, o que constitui 28,11% da superfície total portuguesa, uma proporção algo menos que a do lado da Extremadura (Sundseth, 2008).

### **3.1.8 Lista das zonas protegidas no projeto**

Outra amostra dos mais importantes valores biológicos que apresenta o território é a importante superfície do total da sua área ocupada por Important Bird and Biodiversity Areas (Áreas Importantes para as Aves e Biodiversidade), zonas que formam uma rede de espaços naturais que devem ser preservados para garantir a conservação das aves mais ameaçadas e representativas que habitam neles (Canilho, 2011). Na tabela seguinte, encontram-se as IBAs presentes no território.

Tabela VI – IBAs no território

---

#### **Serra da Cória**

**Barragem de Alcántara – Quatro Locais**

**Barragem de Cedillo**

**Brozas-Membrío**

**Serra de San Pedro**

**Serra da Malcata**

**Serra de Penha Garcia e Campina de Toulões**

**Portas de Rodão e Vale Mourão**

**Tejo Internacional**

---

Fonte: Canilho (2011)

Cabe destacar que a totalidade do sector da Extremadura do Tejo Internacional é uma IBA.

O Geoparque Naturtejo da Meseta Meridional foi o primeiro geoparque português, em 2006 uniu-se à Rede de Geoparques Europeus e à Rede Mundial de Geoparques com o apoio da UNESCO. Estende-se por um território de 4.616km<sup>2</sup>, nos municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor, Proença-a-Nova, Nisa, Oleiros, Vila Velha

de Ródão e as prioridades são a conservação geológica, o geoturismo e a educação. Numa região de grande heterogeneidade cultural, a geologia é um elemento de destaque do território e utiliza-se como uma estratégia para o desenvolvimento sustentável a grande escala, num projeto pioneiro em Portugal, planeado a médio-longo prazo (Canilho, 2011).

### **3.1.9 Povoamento e População**

De acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas (INE), o território contava em 2009 com 130.033 habitantes, dos quais 88% residem nos concelhos portugueses. A estrutura demográfica mostra um grau de envelhecimento elevado, que quase supera em 20 pontos percentuais à média espanhola, e um índice de juventude inferior à média espanhola; em conjunto, o índice de dependência supera em quase 4 pontos percentuais ao do conjunto de Espanha. Verifica-se um desequilíbrio por sexos a favor das mulheres, correspondente aos concelhos portugueses, e claramente concentrado nos maiores de 65 anos.

A densidade populacional de grande parte do território apresenta concentrações muito reduzidas, com valores médios inferiores a 30 habitantes/km<sup>2</sup>. Existe um claro risco de despovoação tendo em conta os fluxos migratórios e o crescimento vegetativo (Baronet, 2012).

Tendo por base dados do portal PORDATA, verifica-se que a pirâmide de população mostra uma estrutura em que a maior amplitude se verifica nas franjas médias de idade, entre os 30 e os 59 anos; o índice de juventude é a metade do de envelhecimento. A tendência é negativa, ainda que reversível porque existe ainda um grupo importante de mulheres em idade fértil. A pirâmide agregada dos municípios espanhóis, que representam apenas 10% do total de população, mostra uma problemática mais acentuada de envelhecimento.

Ainda segundo o portal PORDATA, o índice de envelhecimento, que relaciona a população maior de 65 anos com a população menor de 15 anos indica o número de pessoas adultas maiores que há por cada 100 crianças ou jovens. A proporção entre estes dois grupos etários dá-nos uma ideia do grau de envelhecimento do território, visto que numa população envelhecida este valor estará próximo ou acima de 100. Na área de estudo a taxa de envelhecimento ascende a 383%, ou seja, por cada 100 crianças ou jovens há 383 seniores.

Usando novamente o INE, verifica-se que o território português está afetado pelo desequilíbrio que se verifica a nível nacional entre a zona costeira e o interior do país, que é menos dinâmico. Tanto a Beira Interior Sul como o Alto Alentejo são regiões com taxas de crescimento natural e migratório negativas. Os três grandes núcleos (Castelo Branco, Portalegre e Valência de Alcântara) apresentam indicadores demográficos mais favoráveis que o restante.

Ainda segundo o INE, Castelo Branco é, com 34.278 habitantes (2013), o núcleo de maior população de todo o território. Encontra-se também junto a uma das principais autoestradas de Portugal, o que lhe confere um maior potencial para o dinamismo ao contar com uma boa acessibilidade. Portalegre tem 15.184 habitantes (2013), e é a segunda maior população de carácter municipal no território. Segue-se Valência de Alcântara, com 5.786 habitantes (2014), o que o torna no município mais povoado do lado espanhol do Tejo, e o quinto do conjunto deste território.

## **3.2 Mercado de trabalho e economia**

### **3.2.1 Mercado de trabalho**

A taxa de desemprego resulta do quociente entre a população parada e a população ativa. A população desempregada é aquele grupo que, estando em idade laboral, não trabalha, mas investe na busca de emprego (parados). Na área de estudo, segundo dados recentes do IIEFP, a taxa média de desemprego é de 14,4%, ou seja, em cada 10 pessoas 1,4 está desempregada.

A mesma fonte diz-nos que a taxa de ocupação resulta do quociente entre a população ocupada e a população ativa. A população ocupada é aquele grupo que estando em idade laboral trabalha ou está empregada.

### **3.2.2 Atividade económica**

Esta secção vê-se marcada pelas diferenças entre Castelo Branco e Portalegre, como núcleos claramente mais urbanos e com uma maior diversidade de atividade, especialmente no primeiro caso pelo seu tamanho e vinculação a uma rede rodoviária de alta capacidade, e o resto dos núcleos, com umas características mais rurais. A produtividade na Beira Interior Sul, o espaço mais dinâmico no território pela presença de Castelo Branco, evoluiu nos últimos anos de maneira menos dinâmica que o resto de Portugal; o peso do setor primário é elevado na totalidade do território do estudo, inclusive na Beira Interior Sul (11% do Valor Adicional Bruto) (Mateus, 2015).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Estratégico de Castelo Branco, os avanços na produção agropecuária e a sua transformação em termos de qualidade produziram-se ao mesmo tempo que certos setores industriais tradicionais em Castelo Branco, como o têxtil, entravam em crise.

A produção de pasta de papel em Vila Velha de Ródão, o fabrico de maquinaria e equipamento em Castelo Branco e as indústrias alimentares são setores representativos. Em Portalegre a produção de lanifícios tradicional entrou em crise e a transformação da cortiça, certa atividade farmacêutica e o têxtil são os elementos mais importantes em termos industriais, sendo de ressaltar as produções vinícolas de qualidade (Mateus, 2015).

A produção de laticínios da zona, ligada ao gado caprino e ovino, melhorou de qualidade nos últimos anos. Existem estabelecimentos de ensino superior em Castelo Branco e Portalegre (Mateus, 2015). Na zona de Cáceres, segundo o relatório publicado em 2013, a atividade económica é fundamentalmente agropecuária; Valencia de Alcántara, o principal município do território, contava em dezembro de 2007 com 19% de trabalhadores na agricultura, enquanto os serviços representavam 52% do emprego em grande medida pelo papel de destaque do comércio no seu retorno. Nos municípios de menor população, a proporção da agricultura no emprego e o valor adicional tem uma maior importância.

Ainda segundo este relatório, a atividade turística é relativamente pouco desenvolvida, mas existe um enorme potencial em matéria de turismo cultural, ligado aos núcleos históricos e de natureza em redor do PNTI e seus espaços naturais.

### **3.2.3 Setor primário**

Analisando o Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para 2014-2020, são patentes os mesmos rasgos básicos da agricultura ibérica: idade média elevada e baixo nível de formação do agricultor (63 anos e apenas a instrução primária segundo o censo agrário de 2009 em Portugal), grande importância da mão-de-obra agrícola familiar e tendência à concentração em explorações empresariais de grande superfície. Durante a última década na Beira Interior aumentou a superfície de cerejeiras, o olival perdeu 13.000 hectares e diminuem os tipos de gado ovino e caprino. No Alentejo aumenta a vinha e o olival, assim como o número de bovinos.

Ainda sobre este programa, vê-se que o cultivo predominante é o olival, com presença também de pomares e, na zona de Portalegre, horticultura; o cultivo de cereais é

reduzido, e quase concentrado no Norte do Tejo, e o cultivo da vinha está presente em redor de Portalegre e nas zonas em redor da Serra da Estrela, cujos limites se enquadram no norte do território. Na área de Cáceres persiste o tradicional predomínio da agricultura de sequeiro (94% da superfície cultivada), com mais de metade da terra dedicada ao olival, e quase a quarta parte destinada a cereais.

Em termos pecuários, de novo de acordo com o Programa, dominam o gado caprino e o ovino na zona correspondente da Beira Interior Sul, ainda que com menor concentração que nos concelhos localizados mais a Norte, enquanto no Nordeste Alentejano dominam as explorações de bovinos de carne. Ao redor de Castelo Branco as explorações de ovinos superam uma média de 200 cabeças, e na maioria das freguesias superam as 50, uma elevada dimensão média da exploração que também se dá ao caprino. Os prados permanentes sob cobertura florestal (pradarias) são claramente relevantes no território.

A superfície regável na zona é inferior a 25% em todas as freguesias, exceto no redor de Castelo Branco, e o consumo por hectare regado está em todos os casos abaixo dos 4.000 m<sup>3</sup>/ano. O número de tratores é inferior a 5 por cada 100 hectares exceto em três freguesias. A presença de produções biológicas em percentagem de superfície agrária é relativamente alta em comparação com a média nacional a norte do Tejo, mas não a sul. Nos municípios de Cáceres joga igualmente um papel predominante o gado ovino, existindo além disso concentrações relevantes de gado bovino em Alcántara e Brozas e de gado suíno em Brozas, Herrera de Alcántara e Salorino (Rodrigues et al, 2011).

### **3.2.4 Setor secundário**

Existe uma produção industrial concentrada nos grandes núcleos Castelo Branco e Portalegre que são os núcleos com maior presença industrial. De acordo com o relatório final Castelo Branco 2030, no caso de Castelo Branco, vê-se que a zona industrial criada na década de 1970 por iniciativa municipal cresceu para Oeste até alcançar praticamente a autoestrada A23, com um conjunto de indústrias de diversos tipos (agroalimentar, frio industrial, construções metálicas, plásticos) (Serrano, Ramos, Afonso, & Silveira, 2007).

No caso de Portalegre a zona industrial localizada a sul foi acolhendo atividades algo afastadas da cidade central, com uma especialização relevante em química e nos têxteis. A produção de energia constitui, devido às diversas fontes renováveis (especialmente hidroelétrica), uma parte importante da geração de renda. A construção do IC13 por

parte do Governo português, como o itinerário mais direto entre Lisboa e Madrid, apresenta-se como uma ação de alto potencial de dinamização (Pinheiro, 2020).

Nos municípios portugueses as indústrias de transformação constituem uma média de 20,32% do emprego no setor agrário (22% em Castelo Branco, 17% em Portalegre, 25% em Nisa e 50% em Vila Velha de Ródão), e o setor da construção 12,15% (15% em Castelo Branco, 5% em Portalegre, 30% em Penamacor). Nos municípios de Cáceres o setor secundário é unicamente representativo em Alcántara e Cedillo devido à presença de instalações hidroelétricas, que geram importantes receitas (Alcántara representa 12,4% do Impuesto de Actividades Económicas (IAE) industrial da Extremadura e Cedillo representa 6,4%) e um número de empregos limitado, mas relevante em populações de pequeno tamanho. Valencia de Alcántara conta com uma zona industrial com atividades diversas, que constitui 0,32% do IAE industrial da Extremadura, enquanto no resto dos municípios apenas há atividades desta natureza (Albergaria, Castro, & Silva, 2010).

### **3.2.5 Setor terciário**

Um setor de serviços diversificado com claras concentrações urbanas. As funções mais avançadas (consultoria, científicas e técnicas) representam 5% do emprego não agrário nos municípios portugueses, com uma clara concentração destes empregos em Castelo Branco (59%) e Portalegre (27%). O comércio maiorista, que supõe 22,25% do emprego do território, está concentrado em Castelo Branco e Portalegre, ainda que apresente valores percentuais altos em relação ao emprego total em todos os municípios. Castelo Branco concentrava em 2009 quase 44% de todo o emprego em hotelaria dos municípios portugueses, e Portalegre quase 25%. Existem outros polos relevantes em matéria turística, como as Termas de Monfortinho, com uma oferta balnear baseada em águas hipossalinas que incluem tratamentos médicos, bem-estar e a proximidade de outros pontos de interesse (Albergaria, Castro, & Silva, 2010).

### **3.2.6 Infraestruturas viárias**

Baseado no Caderno Regional sobre as regiões referidas, verifica-se que as principais vias de comunicação terrestre entre as três regiões são: vias de comunicação desdobradas, vias principais e os caminhos-de-ferro. Destaca-se também a conectividade mediante comunicações principais entre as regiões em geral, com percursos que acabam perto da fronteira ou que não têm um trajeto ótimo. Particularmente a falta de conectividade da Zona Centro com o Alentejo e a Extremadura, pois o acesso tem de ser feito através de outras regiões.

Ainda segundo este caderno, sabe-se que existem, como já foi referido, dois grandes núcleos de população (Castelo Branco e Portalegre) e um núcleo que, em tamanho não sendo maior que algumas zonas portuguesas, tem um papel importante na articulação dos municípios de Cáceres (Valencia de Alcántara). As *cabeceras municipales* concentram as dotações em grau variável, e em Portugal encontra-se um número importante de núcleos secundários organizados administrativamente como freguesias.

A maior diversificação da atividade económica dá-se nos três grandes núcleos urbanos, destacando as suas funções de serviços públicos e administração e as ligadas a atividades industriais, com maior intensidade em Castelo Branco (equipamento elétrico, agroalimentar, aparelhos domésticos) e, em menor medida, em Portalegre (química, têxtil) e Valencia. Alguns municípios mostram uma especialização única, como Vila Velha de Ródão para o fabrico de pasta de papel ou o alojamento e restauração em Idanha-a-Nova. Castelo Branco, segundo a Estratégia de Desenvolvimento do Concelho, mostra a sua relevância territorial pela presença de serviços às empresas e desenvolvimentos ligados às tecnologias da informação.

A zona de Cáceres, como se verifica no documento de análise socioeconómica da região, vê-se polarizada para grande parte das funções para a capital provincial, enquanto Portalegre e Castelo Branco estendem a sua influência pelos seus respetivos distritos, sendo relativamente limitada a inter-relação quotidiana pelas dificuldades de articulação interior. É de destacar também o potencial de Portalegre como centro urbano de articulação entre Portugal e Extremadura pela reduzida distância (36km) a Valencia de Alcántara.

As cidades com mais de 200.000 habitantes oferecem serviços muito especializados, tais como aeroportos internacionais, centros universitários ou instituições culturais e económicas. Podem considerar-se como centros de serviços e cidades comerciais, desenvolvem importantes fluxos com as cidades principais do país, e a sua área de influência por vezes alcança as províncias próximas. Existe um grave problema de acessibilidade aos principais núcleos urbanos da Península Ibérica. A totalidade deles demora mais de 80 minutos a chegar ao núcleo mais próximo que é Lisboa. De acordo com o relatório Castelo Branco 2030, e com os restantes já analisados acerca da região, verifica-se que esta área se classifica como uma das que apresenta pior comunicação com as principais cidades de toda a Península.

## **3.3 Turismo**

### **3.3.1 Iniciativas de desenvolvimento socioeconómico e turístico no PNTI**

O Projeto "Tajo Internacional", coordenado pela Deputação de Cáceres e com a participação da Junta de Extremadura e os concelhos portugueses incluídos no território da presente estratégia, é uma iniciativa INTERREG que procura contribuir para a dinamização socioeconómica deste território incluindo entre os seus principais eixos o turismo baseado nos recursos patrimoniais, culturais e ambientais.

Existe também um Plano de Desenvolvimento Turístico do PNTI circunscrito aos municípios de Cáceres. A Estratégia de Desenvolvimento de Plano de Ação 2007-2013 da Beira Interior Sul procura melhorar a competitividade territorial.

O projeto Geopark Naturtejo da Meseta Meridional é a primeira proposta deste tipo em Portugal e integra os concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Vila Velha de Ródão e Nisa, e outros localizados a Oeste. O conceito de geoparque corresponde a um território com limites bem definidos e uma área de entidade suficiente que permita um desenvolvimento económico, cultural e ambiental sustentável juntamente com a proteção e a promoção do património geológico. A geodiversidade do território, com declives residuais graníticos como Monsanto, sedimentares como Pedras Ninhas, alinhamentos tectónicos como a escarpa da falha do Ponsul e cristais de quartzo são os principais atrativos.

A planificação urbanística e setorial planeou intervenções no território que albergam usos turísticos e recreativos, ao redor de várias barragens.

### **3.3.2 Produtos turísticos do PNTI**

O PNTI já beneficia de alguns produtos implementados, tais como os que se apresentam na tabela VII.

Tabela VII – Produtos implementados no PNTI

<b>Tejo Internacional</b>	Existe o Barco do Tejo. Contudo pode-se aproveitar de melhor forma os ecossistemas mediterrâneos, do próprio rio, a ornitologia, etc. Assim propõem-se outra série de atuações ligadas à melhoria da oferta de atividades complementares. Estas propostas são desenvolvidas no Plano de Ação e estão concretizadas mais adiante.
<b>Tejo Destino Gastronómico</b>	Produtos implementados pela Direção Geral de Turismo do Governo da Extremadura, o qual se propõe alargar e fazer parte da oferta de restauração dos concelhos portugueses.
<b>Geoparque Naturtejo</b>	Uma extensão significativa do PNTI está incluída dentro do Geoparque Naturtejo, a sinergia entre as duas figuras deve ser uma referência para a mobilização e aumento das dormidas.

Fonte: Interreg Espanha-Portugal (2013)

No entanto, estes não são os únicos produtos projetados neste âmbito. Temos ainda seis novas propostas existentes no relatório do Tejo Internacional, que se apresentam de seguida, na tabela VIII.

Tabela VIII – Novas propostas

<b>Povoadores do Terceiro Milénio</b>
<b>Reserva estelar</b>
<b>O último destino <i>sefardi</i></b>
<b>Conquista de Cavaleiros</b>
<b><i>Tendiendo Puentes</i></b>
<b>Memória Viva</b>

Fonte: Interreg Espanha-Portugal (2013)

Cada uma destas propostas articula-se com uma série de itinerários que valorizam recursos concretos, tanto materiais como imateriais, como se pode verificar na tabela IX.

Tabela IX – Propostas de novos itinerários

<b>Povoadores do Terceiro Milénio</b>	A comunidade do Bosque
	A fronteira do terceiro milénio
	A comunidade do Grande Rio
	Arte rupestre
<b>Conquista de Cavaleiros</b>	A ordem de Alcántara
	Ordens militares lusitanas
	Fronteira fortificada
	Histórias de cavaleiros
<b>Tendiendo puentes</b>	Entre Ammaia e Igaeditania
	Via da Estrela, caminho de Santiago
<b>O último destino sefardi</b>	Vestígios de um destino: bairros judaicos de Castelo de Vide, Marvão e Valencia de Alcántara
	O último caminho <i>sefardi</i>
	Histórias de hereges
<b>Reserva Estelar</b>	Reflexos na água
	Luzes estelares
	Práticas de astronomia
<b>Memória Viva</b>	Rompendo fronteiras: o contrabando
	Conversas de fronteira
	Testemunhos de um tempo próximo: ofícios e tradições

Fonte: Interreg Espanha-Portugal (2013)

## 4. O Município de Castelo Branco e Instituição: breves referências

Neste capítulo falar-se-á sumariamente do município de Castelo Branco, fazendo uma caracterização sumária, da instituição onde foi realizado o estágio, a CMCB, a sua organização, o serviço em que o estágio foi realizado, quem foram os profissionais que auxiliaram na duração do mesmo e quais as atividades atribuídas.

Baseado no Mapa Territorial presente na página *web* da Câmara Municipal de Castelo Branco, o município situa-se na Região Centro (Beira Baixa) e sub-região da Beira Interior Sul. A elevação a Cidade aconteceu em 1771, por decisão de D. José I. Localiza-se no Interior de Portugal a aproximadamente 50 km da fronteira com Espanha e dista cerca de 100 km da cidade da Guarda e 80 km da cidade de Portalegre, as capitais de distrito mais próximas. Esta localização tem ainda a vantagem de colocar a cidade sensivelmente à mesma distância de Lisboa e Porto, facto relevante tanto para os

albicastrenses como para os turistas que visitam a região. O Concelho de Castelo Branco é composto por 19 freguesias.

Assim segundo a mesma fonte, Castelo Branco foi considerada em 2012, num estudo elaborado pela DECO, a segunda capital de distrito do País com melhor qualidade de vida<sup>1</sup>. Em 2016, um estudo da Bloom Consulting classifica Castelo Branco como a melhor cidade do distrito para se viver, visitar e fazer negócios, e como a quarta de todo o Interior do País<sup>2</sup>. Em seguida, apresenta-se um organograma da Câmara Municipal de Castelo Branco.

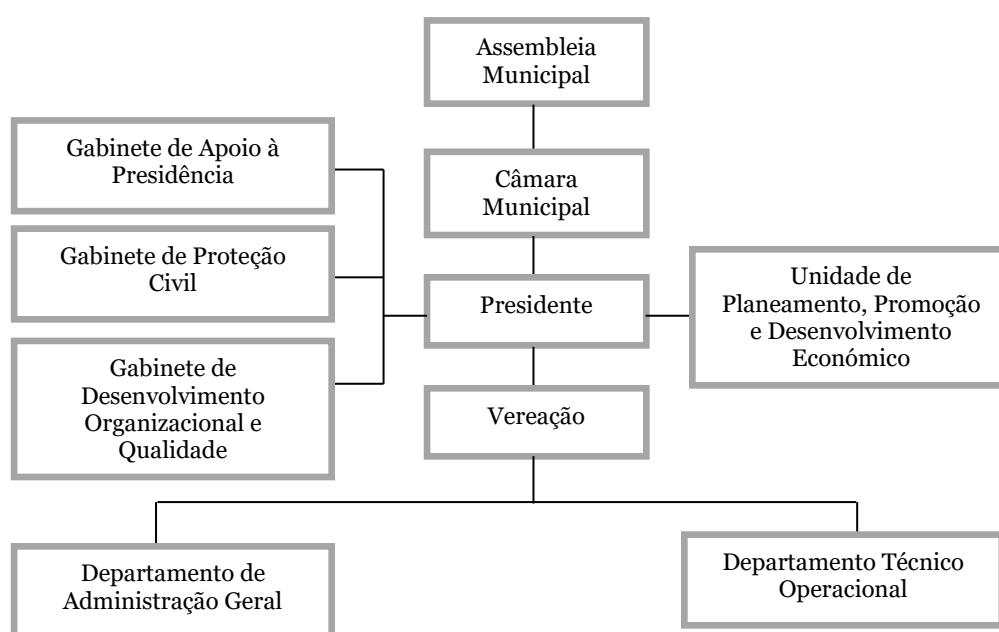


Figura I – Organograma adaptado da Câmara Municipal de Castelo Branco. Fonte: CMCB (2020)

O estágio curricular foi realizado na Unidade de Planeamento, Promoção e Desenvolvimento Económico. Esta Unidade está, como exemplificado no organograma, em contacto direto com o Presidente da CMCB, sendo responsável por diversos projetos na cidade, pela candidatura a fundos estruturais europeus e a sua gestão, entre outras atividades.

Analisando o organograma da CMCB, não se consegue vislumbrar de forma clara a presença das RI ou uma seção mais direcionada para as ações diplomáticas, mesmo que a nível local ou regional. Podemos verificar que é o Presidente da instituição aquele que

<sup>1</sup> Fonte: Diário Digital Castelo Branco/Lusa (2012). Diário Digital Castelo Branco/Lusa (18 de setembro de 2020). <https://www.diariodigitalcastelobranco.pt/noticia/7017/>

<sup>2</sup> Fonte: Carrega, J. (2016). Jornal Reconquista (18 de setembro de 2020).

<https://www.reconquista.pt/articles/castelo-branco-e-a-melhor-cidade-para-se-viver-no-distrito>

mais está envolvido nas ações de negociação, seja a nível local, seja a nível transnacional, e essas ações, após serem revistas e aprovadas, são tratadas pelos diferentes técnicos superiores presentes na instituição, nas mais diversas áreas, como por exemplo na Unidade na qual o estágio se desenvolveu.

No decorrer do estágio, a atividade profissional foi desempenhada no gabinete da Unidade juntamente com o responsável pela mesma e duas colegas encarregues por diferentes atividades. As primeiras semanas foram passadas na análise de documentos referentes aos fundos comunitários, tais como os próprios regulamentos, a legislação e exemplares da União Europeia acerca dos projetos que envolvem os fundos estruturais europeus. Fez-se a recolha, análise e tratamento dos dados, recolhendo os conceitos mais relevantes e fazendo uma análise da vertente económica, nomeadamente do peso que os fundos estruturais representam nos projetos.

Após essas primeiras semanas, iniciou-se a análise específica aos projetos do Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI). Este projeto encontra-se mencionado nesta seção apenas por questões de ordem cronológica, pois irá ser abordado posteriormente. Foram elaborados documentos de apoio referentes ao mais recente projeto do PNTI, requisitados pelo orientador, que serviriam de suporte para uma mais profunda análise e interpretação do projeto como um todo.

Em seguida, encontrava-se previsto um maior envolvimento com o programa relativo às candidaturas para os fundos comunitários, porém, os meses seguintes foram de planeamento e preparação das candidaturas, pelo que o envolvimento enquanto estagiário se cingiu a outras fases dos projetos.

Como já foi referido, os projetos mais relevantes e com um maior impacto internacional no município são os do PNTI, contudo existem vários tipos de projetos que podem beneficiar de fundos estruturais europeus, como será explicitado em outros capítulos. No decorrer do estágio foi possível observar, em contexto profissional, as diferentes fases de um projeto, desde a avaliação do espaço e do contexto, ao orçamento necessário, passando por todo o planeamento, projeção e candidatura propriamente dita.

Foi feito o acompanhamento próximo do projeto que levaria à requalificação da zona da Estação de Caminhos-de-ferro da cidade, fazendo a análise no local, com documentação fotográfica anterior ao início do projeto, acompanhamento de todas as

fases de preparação, todo o planeamento, e como é realizada a gestão dos fundos oriundos da EU.

Nas semanas que se seguiram, nos meses de abril e maio, foi feito o acompanhamento de um evento bianual na cidade, a Feira dos Sabores de Perdição, que no ano de 2017 se realizou entre os dias 15 e 18 de maio. Esta intervenção no certame é justificada pela proximidade em ambiente profissional com a responsável pela organização do evento.

O certame em si será abordado no capítulo seguinte, falar-se-á neste apenas das atividades de que o estagiário ficou encarregue. Um evento desta dimensão engloba muitos setores, muitos responsáveis, e no caso concreto a ligação ao evento foi diretamente com os produtores que iriam estar presentes nos mais de 100 expositores. Fez-se o contacto com os diversos participantes e auxiliou-se nas mais diversas questões logísticas, para organização e funcionamento do espaço.

Ainda no mês de maio, atendeu-se a duas sessões de formação acerca da carreira na função pública, focando-se nos vários regulamentos e leis de trabalho, nas formas de ingressar nesta carreira, entre outros aspetos. Até ao final do estágio as atividades realizadas foram de natureza mais burocrática, na vertente mais cultural do município. As últimas atividades consistiram na organização e nas questões logísticas de diversos eventos culturais no município, como exposições, inaugurações, entre outros.

#### **4.1 Cultura em Castelo Branco**

A oferta cultural é uma componente importante na vida comunitária (Hall, 1997). As infraestruturas culturais têm registado uma evolução positiva graças aos investimentos realizados na cidade. A este nível são ilustrativas as recuperações do Cineteatro e do Museu Francisco Tavares Proença Júnior, assim como a construção do Museu Cargaleiro e do Centro de Cultura Contemporânea de Castelo Branco (CCCCB), que vieram alargar e diversificar a oferta cultural existente à escala regional (Farias & Raposo, 2013).

No que diz respeito aos espaços de exposição, entre 2002 e 2011, o número de galerias de arte abertas ao público no concelho passou de duas para quatro. Esta situação de maior disponibilidade de espaços culturais é extensível, embora em menor amplitude, aos recintos de espetáculos e aos museus, o que reflete o investimento feito no desenvolvimento cultural do concelho (Reconquista, 2005).

De acordo com o relatório Castelo Branco 2030, analisando a variação das exposições realizadas e das obras expostas entre os anos de 2007 e 2011, os valores são bastante diversificados. Apesar de, a nível nacional, se verificar um aumento quer do número de obras expostas quer das exposições realizadas, em Castelo Branco ocorreu uma diminuição das obras expostas, tendo-se mantido o número de exposições.

A evolução do número de visitantes de galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias no concelho é ligeiramente positiva, passando dos 0,2 para os 0,3 visitantes por cada 1.000 habitantes. O mesmo se verifica com o número de espetadores dos espetáculos ao vivo, que tem registado um crescimento progressivo (Gaspar, 2015).

Tendo em conta esta evolução, é evidente um crescente interesse dos habitantes do concelho pela área cultural, que pode ser estar associado à criação e desenvolvimento de novas estruturas culturais com impactos relevantes na dinâmica social local (Faria, 2016).

Analisando o relatório final da estratégia Castelo Branco 2030, podemos constatar que, na vertente cultural, será definida uma política que marque a afirmação de um novo paradigma cultural, baseada nos valores da urbanidade, do trabalho e do lazer, orientada para a construção de uma profunda identificação dos cidadãos com a cidade e que crie condições para afirmar Castelo Branco aos níveis regional, nacional e internacional.

Outro dos objetivos presentes nesse relatório é o de reforçar a capacidade de gestão da programação cultural reconhecendo a sua relevância estratégica para a promoção da cidade, para a afirmação turística, para a dinamização económica, para a cooperação territorial (nomeadamente no quadro transfronteiriço) e para a realização de programas educativos. É também referida a promoção da articulação e cooperação entre a Escola Superior de Artes Aplicadas do Instituto Politécnico de Castelo Branco, o CCCC e as estruturas museológicas do Município (Ruivo, 2002).

Para além destes objetivos, há uma intenção clara de captar investimento para a região, buscando atrair e fixar os criativos, usando um modelo de governação adequado à captação de talento, à manutenção do mesmo, e à própria internacionalização da cidade. Outro objetivo que é referido neste relatório é também o de reforçar a atratividade turística dos ativos culturais da cidade, integrando-os física (implementando o Caminho das Artes), promocional e comercialmente.

## **5. Fundos estruturais e desenvolvimento local**

A Unidade de Planeamento, Promoção e Desenvolvimento Económico é liderada pelo profissional que orientou o estágio no local, sendo ele o responsável pela elaboração e formalização das candidaturas, obtenção de parceiros para as mesmas, e estando em contacto permanente com o Presidente acerca dos projetos mais vantajosos para a promoção e desenvolvimento da cidade. Estes projetos podem ser dos mais variados tipos, tanto na cidade, como no âmbito distrital ou até transfronteiriço, porém, algo comum à generalidade dos projetos é a influência dos fundos estruturais europeus para o financiamento dos mesmos.

Os projetos apoiados pelos fundos comunitários são, na sua maioria, projetos relacionados com a zona da Raya (Castelo Branco, Portalegre, Cáceres, Badajoz) e envolvem o PNTI.

Os contactos para as parcerias são da responsabilidade do Presidente da CMCB, sendo que há alguns anos que as parcerias estão estáveis e se renovam (O TRIURBIR: Triângulo Urbano Ibérico Rayano, AEIE, desempenha um papel fundamental nas parcerias). Após isso, todo o acompanhamento é feito pelos técnicos superiores, seja na realização de visitas, reuniões de trabalho e todos os procedimentos necessários às candidaturas.

Pegando na experiência adquirida ao longo de seis meses na Unidade de Planeamento, Promoção e Desenvolvimento Económico da CMCB, tentar-se-á explicar a forma como os fundos comunitários enriquecem a cidade e a região de Castelo Branco, e como a autarquia demonstra uma política de captação e de execução dos fundos.

Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) são uma forma de financiamento para apoiar o desenvolvimento económico em todos os países da EU, em linha com os objetivos da estratégia Europa 2020. São o principal instrumento da política de investimento da EU. Estes fundos encontram-se divididos principalmente em cinco tipos, que se encontram discriminados na tabela X.

Tabela X – Os Cinco Tipos de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento

<b>Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional (FEDER)</b>
<b>Fundo Social Europeu (FSE)</b>
<b>Fundo de Coesão (FC)</b>
<b>Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)</b>
<b>Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP)</b>

Fonte: EAPN (2011)

Todas as regiões da EU podem beneficiar do FEDER e do FSE, mas apenas as regiões menos desenvolvidas podem receber o apoio do Fundo de Coesão. O FEADER e o FEAMP são casos mais específicos, sendo dirigidos, respetivamente, a áreas rurais e a zonas com mar, ir-se-á apenas abordar neste capítulo o FEDER e o FSE.

O FEDER, como se verifica na página *web* da Comissão Europeia, tem por objetivo fortalecer a coesão económica e social na União Europeia colmatando os desequilíbrios entre as regiões.

Este fundo concentra os seus investimentos em quatro áreas prioritárias (cf: Tabela XI).

Tabela XI – Quatro áreas prioritárias dos investimentos do FEDER

<b>Inovação e investigação</b>
<b>A agenda digital</b>
<b>Apoio às pequenas e médias empresas (PME)</b>
<b>A economia assente num baixo nível de emissões de carbono</b>

Fonte: Comissão Europeia (2020)

Os recursos atribuídos às áreas vão depender da categoria de região em questão (cf: Tabela XII).

Tabela XII – Recursos atribuídos às diferentes áreas

<b>Regiões mais desenvolvidas</b>	Devem concentrar-se, pelo menos, 80% dos fundos em, pelo menos, duas destas prioridades
<b>Regiões de transição</b>	Concentração de 60% dos fundos
<b>Regiões menos desenvolvidas</b>	Concentração de 50% dos fundos

Fonte: Comissão Europeia (2020)

Alguns recursos do FEDER têm de se focar em projetos de economias assentes num baixo nível de emissões de carbono (cf: Tabela XII).

Tabela XIII - Percentagem de projetos de economias assentes num baixo nível de emissões de carbono

<b>Regiões mais desenvolvidas</b>	20%
<b>Regiões em transição</b>	15%
<b>Regiões menos desenvolvidas</b>	12%

Fonte: Comissão Europeia (2020)

De acordo com o Plano Europa 2020, este fundo também se foca nas características territoriais específicas. O FEDER procura reduzir os problemas económicos, ambientais e sociais nas áreas urbanas, com especial incidência no desenvolvimento urbano sustentável. Pelo menos 5% dos recursos do FEDER são reservados para este campo, através de “ações integradas” geridas pelas cidades.

As áreas naturalmente desfavorecidas do ponto de vista geográfico (áreas remotas, montanhosas ou com baixa densidade populacional) beneficiam de tratamento especial. Por último, de acordo com a página *web* da Comissão Europeia, as áreas ultraperiféricas também beneficiam de uma assistência específica por parte do FEDER no sentido de resolver possíveis desvantagens devido ao seu afastamento geográfico.

Referir, antes de mais, que, enquadrado na estratégia Europa 2020, encontra-se em vigor atualmente o plano Portugal 2020, “designação atribuída pelo Governo de Portugal ao Acordo de Parceria 2014-2020, formalmente apresentado à Comissão Europeia, no dia 31 de janeiro de 2014. Apresenta a estratégia de Portugal para a aplicação dos Fundos da União Europeia no período 2014-2020, em forte sintonia com as prioridades enunciadas no Plano Nacional de Reformas (PNR) e na Estratégia Europa 2020. O Portugal 2020 estabelece as prioridades de investimento necessárias para promover no nosso país o Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo.”

No âmbito do Portugal 2020, as 7 regiões portuguesas encontram-se divididas conforme se vê na tabela XIV:

Tabela XIV – Tipologia das regiões portuguesas e relação com os Fundos

<b>Tipologia das regiões</b>	<b>Regiões</b>	<b>Taxa de cofinanciamento dos Fundos</b>
<b>Regiões menos desenvolvidas (PIB per capita &lt; 75% média EU)</b>	Norte	85%
	Centro	
	Alentejo	
	R.A. Açores	
<b>Regiões em transição (PIB per capita entre 75% e 90%)</b>	Algarve	80%
<b>Regiões mais desenvolvidas (PIB per capita &gt; 90%)</b>	Lisboa	50%
	Madeira	85%

Fonte: EAPN (2011)

Este programa é operacionalizado em dezasseis Programas Operacionais (PO). Verifique-se as tabelas XV, XVI, XVII e XVIII.

Tabela XV - Quatro PO Temáticos no Continente

<b>Competitividade e Internacionalização (POCI)</b>
<b>Inclusão Social e Emprego (POISE)</b>
<b>Capital Humano (POCH)</b>
<b>Sustentabilidade e Eficiência no uso dos recursos (POSEUR)</b>

Fonte: EAPN (2011)

Tabela XVI – Cinco PO Regionais no Continente

<b>Norte</b>
<b>Centro</b>
<b>Lisboa</b>
<b>Alentejo</b>
<b>Algarve</b>

Fonte: EAPN (2011)

Tabela XVII – Dois Programas Regionais nas Regiões Autónomas

<b>Açores</b>
<b>Madeira</b>

Fonte: EAPN (2011)

Tabela XVIII – Três Programas de Desenvolvimento Rural

<b>Um Programa de Desenvolvimento Rural no Continente – PDR2020</b>
<b>Dois Programas nas Regiões Autónomas (Açores e Madeira)</b>

Fonte: EAPN (2011)

Somam-se ainda seis Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia, conforme se verifica na tabela XIX.

Tabela XIX – Seis Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia

<b>Espanha – Portugal</b>
<b>Madeira – Açores – Canárias</b>
<b>Espaço Atlântico</b>
<b>Sudoeste Europeu</b>
<b>Mediterrâneo</b>
<b>ESPON, URBACT, INTERACT e INTERREG C</b>

Fonte: EAPN (2011)

Para além dos programas referidos acima, existe ainda um Programa Operacional para o FEAMP, o Programa Operacional Mar 2020, e um Programa Operacional de Assistência Técnica.

A estratégia Europa 2020 definiu cinco objetivos principais a atingir até ao final de 2020 nos seguintes domínios, exemplificados na tabela XX.

Tabela XX – Objetivos principais do Europa 2020

<b>Emprego</b>	Aumentar para 75% a taxa de emprego na faixa etária dos 20-64 anos
<b>Investigação</b>	Aumentar para 3% do PIB o investimento na I&D
<b>Alterações climáticas e energia</b>	Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20% (ou em 30%, se forem reunidas as condições necessárias) relativamente aos níveis registados em 1990
	Obter 20% da energia a partir de fontes renováveis
	Aumentar em 20% a eficiência energética
<b>Educação</b>	Reduzir as taxas de abandono escolar para níveis abaixo dos 10%
	Aumentar para, pelo menos, 40% a percentagem da população na faixa etária dos 30-34 anos que possui um diploma do ensino superior
<b>Pobreza e exclusão social</b>	Reduzir, pelo menos, em 20 milhões o número de pessoas em risco ou em situação de pobreza ou de exclusão social

Fonte: EAPN (2011)

Estes objetivos são para toda a EU, adaptados consoante as especificações de cada país. O caso português será exemplificado na tabela XXI.

Tabela XXI – Objetivos do Portugal 2020

<b>Objetivo</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Meta PT2020</b>	<b>Situação em 2013</b>
<b>Reforço da I&amp;D e da Inovação</b>	Investimento: % do PIB	Entre 2,7% e 3,3%	1,5%
<b>Mais e Melhor Educação</b>	Taxa de abandono escolar precoce	10,0%	19,2%
	% População com ensino superior ou equiparado entre 30-34 anos	40,0%	29,2%
<b>Clima e Energia</b>	Emissões de Gases de Efeito de Estufa (variação % face a 2005 em emissões não CELE)	+1,0%	-1,2%
	% Energias renováveis no consumo de energia final	31,0%	24,6%
	Eficiência Energética (ganho % relativamente a consumos de energia primária no cenário de referência)	20,0%	24,6%
<b>Aumentar o Emprego</b>	Taxa de emprego (população 20-64 anos)	75,0%	65,6%
<b>Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais</b>	Pessoas em risco de pobreza/exclusão social (variação face a 2008)	-200 mil	-92 mil

Fonte: EAPN (2011)

Focando-se nos programas operacionais temáticos, um dos mais relevantes, particularmente na região Centro, onde foi realizado o estágio, é o da Competitividade e Internacionalização, que se foca nas empresas, nomeadamente as PME, e como estas se podem internacionalizar e trazer benefícios para a região.

A redução do elevado endividamento externo do país constituirá um objetivo central da política económica portuguesa nos próximos anos, para o qual o reforço da competitividade constitui um elemento essencial. Os domínios do POCI encontram-se referidos na figura II.

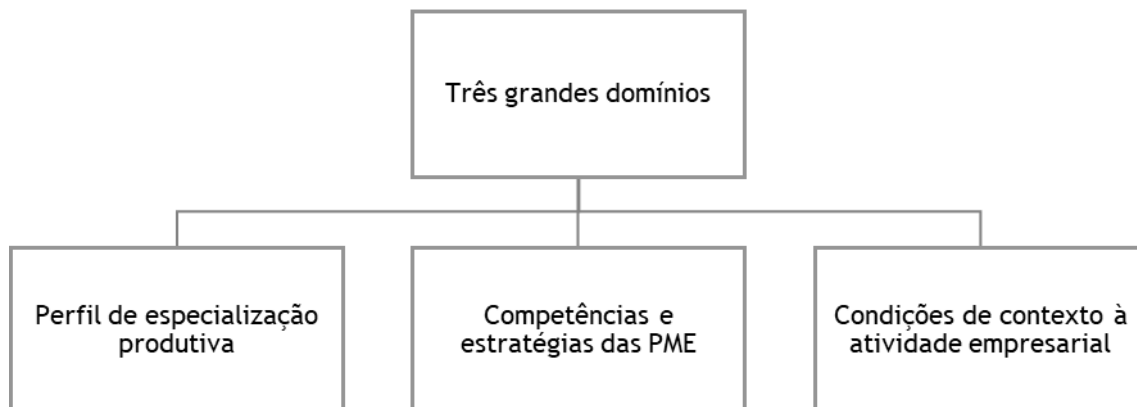


Figura II – Domínios do POCI. Fonte: Portugal 2020 (2020)

Portugal apresenta uma especialização produtiva assente em atividades de reduzido valor acrescentado e baixa intensidade tecnológica e de conhecimento. Nas últimas décadas, este tipo de produtos enfrentou uma procura internacional pouco dinâmica, bem como um aumento das pressões concorrenciais. No caso português, a evolução desfavorável da taxa de câmbio real e uma maior abertura aos mercados concorrentes como as economias do Leste Europeu e da Ásia agravaram a situação (Portugal 2020, 2020).

São igualmente decisivos os esforços desenvolvidos no sentido de reforçar as competências e estratégias das empresas, em particular das PME, de forma transversal aos vários setores de atividade. Os resultados destes esforços são visíveis em setores como o calçado, onde a adoção de um *design* mais sofisticado e de marketing mais avançado têm contribuído para um desempenho assinalável de empresas exportadoras (Portugal 2020, 2020).

As políticas públicas cofinanciadas por fundos comunitários continuarão igualmente a ser decisivas para a melhoria das condições de contexto da atividade empresarial, mais especificamente o acesso ao financiamento por parte das PME, o incremento da conectividade internacional e a redução dos custos de contexto.

Tabela XXII - Entraves ao financiamento da atividade económica e do investimento empresarial

<b>Elevados níveis de endividamento das empresas</b>
<b>Insuficiência de capitais próprios</b>
<b>Elevados riscos de insolvência</b>
<b>Restrições no acesso ao crédito</b>

Fonte: EAPN (2011)

Assim, conforme se verifica na tabela XXII, as condições de acesso ao financiamento empresarial são um obstáculo à mudança estrutural da economia. Neste contexto, os fundos comunitários deverão contribuir para a melhoria das condições de financiamento das empresas no período de programação 2014-2020, por via de facilitação do acesso ao capital alheio, como do reforço do capital próprio, visando o estímulo ao investimento produtivo e a superação dos constrangimentos à sua concretização.

Atualmente, com a economia cada vez mais globalizada surgem a Portugal desafios sobre como transportar os produtos e outras questões logísticas. É urgente atender à necessidade de investimento no desenvolvimento das infraestruturas de transporte de mercadorias e logística nos domínios ferroviário, marítimo-portuário e plataformas logísticas, com especial incidência em infraestruturas integradas nas Redes Transeuropeias de Transportes.

Para responder aos três grandes domínios de constrangimentos à competitividade da economia portuguesa tem-se diversas propostas, conforme se pode ver na tabela XXIII.

Tabela XXIII – Propostas para a melhoria da competitividade da economia portuguesa

<b>Incentivos diretos ao investimento empresarial</b>	Incentivos sobretudo em Investigação e Inovação (I&I), qualificação de PME
<b>Apoios indiretos ao investimento empresarial</b>	Promovem a capacitação e colaboração das empresas
<b>Mecanismos de engenharia financeira</b>	Procuram contribuir para a superação dos problemas de financiamento das PME
<b>Apoios à produção e difusão de conhecimento científico e tecnológico</b>	Reforçam as ligações internacionais do sistema nacional de I&I, o desenvolvimento das ligações, bem como de sinergias e de mecanismos eficazes de transferência de conhecimento e tecnologia entre empresas, centros de I&I e o ensino superior
<b>Apoios à formação empresarial</b>	Para capacitar os recursos humanos das empresas para os processos de inovação e internacionalização
<b>Investimentos em infraestruturas de transporte</b>	Centrados na redução do tempo e custo de transporte para as empresas
<b>Apoios à modernização administrativa e capacitação da Administração Pública</b>	Visando a redução dos custos públicos de contexto

Fonte: EAPN (2011)

## 6. A dimensão internacional da política local

### 6.1 Iniciativas e experiências

De acordo com uma entrevista realizada a Cara Stauß, verifica-se que os Estados-Nação já não são os únicos atores que lidam com alguns dos maiores desafios do século XXI, tais como as Relações Internacionais, a diplomacia e o mercado, que vão para além do domínio destes atores.

Como nos dizem Duchacek e Soldatos (1990), a este novo fenómeno, em que os atores das Relações Internacionais se multiplicam e em que domínios como o mercado e a cooperação passam a ser operados por atores regionais, ou locais, dá-se o nome de paradiplomacia. Para estes dois autores, a paradiplomacia consiste nos contatos, atividades, processos e iniciativas externas entre governos não centrais e outros atores internacionais, como os Estados-Nação, outros governos locais, empresas privadas, organizações internacionais, organizações não-governamentais internacionais, entre outros.

Começando por analisar o relatório de atividades do projeto Taejo Internacional, pode-se ver que a primeira, e talvez a mais notável, das ações, comum a todos os participantes, é a criação de uma página *web* em cinco idiomas com conteúdos temáticos acerca da região. Esta ação é explicada por Casson e Dardanelli (2012), que nos dizem que a EU tem encorajado ativamente as parcerias entre áreas fronteiriças, tais como a iniciativa Euro regiões, na qual o Conselho do Condado de *Kent*, objeto do seu estudo, tem estado particularmente envolvido. Um projeto como o do PNTI, que envolve diversas localidades, de diferentes regiões, e até de diferentes países, é exatamente o que a EU tem tentado incentivar.

Outro dos pontos focados no relatório de atividades Taejo Internacional é a cooperação empresarial transfronteiriça. Isto vai de acordo ao que nos diz Fonseca (2011), quando refere que a cooperação técnica compreende a celebração de acordos entre atores subnacionais e regiões estrangeiras, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento em temas comuns, como por exemplo a cultura, o turismo, a preservação do património histórico e do meio ambiente, entre outros.

Como nos diz Calado (2018), uma das ações que Castelo Branco tem executado de melhor forma é a promoção e potencialização dos produtos agroalimentares característicos da zona de influência do Tejo Internacional e da gastronomia deles resultante. Referiu-se ao longo deste relatório a Feira dos Sabores de Perdição, isto porque as feiras de comércio e investimentos, além de outras ações como as viagens de promoção e divulgação da região no exterior, são das atividades mais importantes para uma boa prática de paradiplomacia (Duchacek, 1990).

Ainda relativamente a este tópico, torna-se relevante identificar e auxiliar no desenvolvimento dos produtores da região, e o município de Castelo Branco, graças essencialmente à InovCluster, Associação do Cluster Agro-Industrial do Centro, tem conseguido desenvolver de uma forma muito satisfatória esses processos. Tal facto verifica-se na notícia do Diário Digital de Castelo Branco, publicada em 2017, acerca da InovCluster.

Outra das ações comuns, com grande destaque no relatório do Taejo Internacional, foi a aquisição do barco turístico do Tejo. Esta ação dividiu-se em vários aspetos; foi necessário construir as infraestruturas para alocar todo o percurso do barco, tais como os cais de embarque e desembarque, foi necessário melhorar a segurança da via fluvial, e foi também preciso melhorar e valorizar os espaços circundantes. Tudo isto foi, como é referido no relatório, realizado tendo em conta a proteção e valorização da natureza

de todo o Parque, um dos objetivos basilares de todo o projeto. Esta ação vai de acordo ao que nos dizem Casson e Dardanelli (2012), quando referem que as atividades internacionais mais comuns para estreitar relações são, entre outros, as geminações de cidades e, os pontos fulcrais para esta atividade, a cooperação para o desenvolvimento e as parcerias estratégicas.

De acordo com Casson e Dardanelli (2012), é necessária uma liderança forte, com um líder carismático, para criar estas parcerias internacionais. Tal facto verificou-se em Castelo Branco, aquando dos mandatos de Joaquim Morão, presidente que foi muito importante na região para o desenvolvimento da cidade e dos acordos que esta realizou com outros municípios (RCM e Lusa, 2012).

Uma ação também desenvolvida por esta parceria foi o cumprimento do Plano de Comunicação, essencial para a divulgação deste projeto e das mais-valias que este traz para as regiões. Para isso foram usadas diversas ferramentas de divulgação, tais como folhetos informativos, palestras, conferências, artigos nos meios de comunicação, entre outros. Esta ação encontra-se justificada na dissertação acerca do projeto *Kent-Virginia*, onde é referido que cerca de 60% das autoridades locais têm um parceiro internacional ativo e estão envolvidas em atividades de cooperação. As autoridades parecem ser motivadas numa primeira instância pela perspectiva de benefícios económicos para a sua área local, nomeadamente um aumento no investimento interno (Casson e Dardanelli, 2012).

Por fim, tem-se a gestão e administração do projeto de cooperação transfronteiriça. Nesta ação englobam-se todas as ações realizadas a nível local e regional, para estreitar as relações entre os municípios, sempre tendo em vista o objetivo comum de preservar e desenvolver o território respeitante ao PNTI. Isto verifica-se porque os governos regionais e locais geralmente têm relações mais próximas do que os governos nacionais com os seus residentes, instituições e negócios. Isto permite que novas políticas sejam implementadas de forma mais decisiva e mais rápida, razão pela qual, como é dito na entrevista a Cara Stauß, a cooperação a diferentes níveis de governança é fulcral.

Seguindo o raciocínio elaborado no último parágrafo, vê-se que uma melhor coordenação e comunicação ao longo dos diferentes níveis de governança é essencial, se o envolvimento do governo local no trabalho internacional tiver o objetivo de trazer benefícios reais para os cidadãos. As redes de governos locais tais como a *Local Government Association* têm claramente um papel muito importante a desempenhar neste contexto, como é dito por Cara Stauß.

## **6.2 Município de Castelo Branco: Qual o espaço para as Relações Internacionais?**

A globalização económica e financeira não tem apenas expressão no avanço da integração dos mercados e das economias à escala global. Este fenómeno afetou outras áreas da sociedade como a política, cultural e social, vinculando todas estas áreas, e os atores que nelas operam, ao espaço relacional internacional e global.

Alguns autores afirmam que a globalização tem sido a força motora das mudanças no âmbito institucional, na agenda e nos atores das Relações Internacionais, diluindo o monopólio dos estados na gestão da relação entre as questões internas e a agenda internacional (Nandram, 2017 e Melissen & van der Pluijm, 2007). Segundo estes autores, isso explica a complexidade da estrutura multinível que caracteriza o estado atual da governança internacional, bem como a oportunidade de atores subnacionais, particularmente atores autárquicos (estados, regiões e municípios), se encontrarem envolvidos cada vez mais em redes internacionais e globais.

Uma demonstração particular de tais efeitos da globalização constitui o processo de integração europeia e fenómeno de europeização, que alguns autores consideram a principal causa da crescente afirmação das estratégias de desenvolvimento dos territórios regionais e locais aos fóruns de decisão da EU, quer através do esforço de influência das suas decisões quer na integração dos seus instrumentos nas estratégias de desenvolvimento planeadas (Barber, 2013, van der Heiden, 2010 e Kubler & Piliutyte, 2007). Barber e van der Heiden não afirmam apenas que a dinâmica internacional se encontra marcada de forma acentuada pela atuação dos atores subnacionais, avançam ainda que a capacidade de recorrer à dimensão internacional é fundamental para a sua estratégia de desenvolvimento.

Tendo em conta os desafios de desenvolvimento e a necessidade de mobilizar recursos é expectável que os municípios se envolvam de uma forma mais assertiva nos fóruns de decisão da EU. Uma forma de abordar o estudo deste envolvimento é analisando a centralidade da política de Relações Internacionais na política do município. A observação do seu organograma, do desenho institucional das suas funções e atividades pode facultar-nos indicações sobre a sua relevância.

Analisando o organograma da CMCB (cf. Figura I), pode-se verificar que não há menção expressa à área das Relações Internacionais. Este facto pode ser visto como pouco relevante, porém é um possível indicador de que o município de Castelo Branco

não coloca ainda esta área como prioritária para as suas atividades e para o seu desenvolvimento.

Sabe-se, pela presença na instituição e por todo o conhecimento que foi possível adquirir nos meses de estágio, que a Unidade à qual se encontra atribuída a função de se relacionar com parceiros a nível internacional é a Unidade de Planeamento, Promoção e Desenvolvimento Económico. Como foi já referido, esta Unidade encontra-se em contacto direto com o Presidente da CMCB, como se evidencia no organograma, e forma assim o núcleo das Relações Internacionais da instituição.

De facto, analisando o Despacho nº 18/2015 da CMCB, relativamente às subunidades orgânicas, confirma-se novamente que o município não coloca a área das Relações Internacionais em nenhuma delas, não havendo sequer menção às RI no documento. Pode-se inferir, assim, que o município de Castelo Branco, mesmo sendo um município situado na fronteira com Espanha, e não tendo o capital humano nem os recursos de outros municípios como Porto ou Lisboa, não desenvolveu ainda as estratégias necessárias para se intrometer de uma forma mais assertiva e mais persistente nos fóruns de decisão da EU.

Após a análise destes dois documentos, procedeu-se ao estudo da secção que a página *web* da CMCB dedica às Relações Internacionais. Esta secção baseia-se essencialmente numa só forma de diplomacia internacional, a geminação entre cidades, que é descrita como “um conceito – e uma prática – que tem como objetivo criar relações e mecanismos protocolares, essencialmente a nível económico e cultural, através dos quais as cidades de áreas geográficas ou políticas distintas estabelecem laços de cooperação”. Segundo Nandram (2017), existe atualmente um maior incentivo para as cidades estabelecerem geminações com outras cidades. Vemos que o município estabeleceu estes procedimentos com Zhuhai (China), com Umuarama e Petrolina (Brasil), com Huambo (Angola) e com Pulawy (Polónia).

Contudo, e sem ter acesso a todo o leque de atividades que advêm destes protocolos, considera-se que o município poderia beneficiar muito de uma política de Relações Internacionais mais ativa. Além da geminação, fala-se na página *web* da CMCB no Triângulo Urbano Ibérico-Raiano (TRIURBIR), uma associação que foi fundada em 1997 e que busca dinamizar os municípios de Castelo Branco, Portalegre, Cáceres e Plasencia com o auxílio dos programas de cooperação transfronteiriça da EU e dos fundos estruturais.

Com efeito, os projetos mais relevantes a nível internacional em que o município de Castelo Branco se encontra envolvido baseiam-se nos municípios desta associação, sendo os de maior destaque os projetos acerca do Parque Natural do Tejo Internacional. Como já foi reforçado ao longo do documento, é através deste projeto, que tem sido renovado há vários anos, que o município de Castelo Branco tem conseguido obter mais fundos estruturais e se tem desenvolvido.

Em suma, pela análise que foi realizada acerca deste tópico, pode-se concluir que o município de Castelo Branco não apresenta ainda uma ampla política de Relações Internacionais, considerando ainda esta área como algo acessório. Um município que se situa na fronteira com Espanha, com protocolos que já datam de alguns anos, acredita-se que iria beneficiar de uma maior presença nos fóruns de decisão europeus.

O estudo dos fatores que condicionam o desenvolvimento de uma política de Relações Internacionais por parte dos municípios carece ainda de uma maior investigação. Os estudos que se focam na participação dos municípios em atividades internacionais ainda apresentam, segundo Kübler & Pagano (2012), Lefèvre & d'Albergo (2007) e Nandram (2017) resultados modestos.

Considerando como elemento de análise a relação entre os Fundos Estruturais e a capacidade institucional dos governos locais, Kubler & Piliutyte (2007) e De Rooij (2002) revelam que essa relação é marcada por uma elevada disparidade de desempenho. Estas diferenças parecem dever-se não só às capacidades de absorção e adaptação institucional, como também à proatividade. Ressaltam ainda o papel relevante da dimensão do município na capacidade de mobilização e gestão dos fundos estruturais. Por outro lado, a localização em regiões de fronteira não se revela determinante para explicar as diferenças entre municípios. A questão da dimensão também foi focada por Melissen & van der Pluijm (2007). No entanto, observada a relação, fica ainda por explicar os canais e os mecanismos através dos quais opera a sua influência.

## **7. Avaliação**

O estágio curricular realizado na Unidade de Planeamento, Promoção e Desenvolvimento Económico da CMCB foi importante para complementar toda a teoria lecionada ao longo da primeira fase do Mestrado.

O estágio focou-se maioritariamente nos fundos comunitários, na forma como estes podem ser adquiridos e de que forma podem ser utilizados. Neste caso em concreto,

centrou-se nos projetos referentes ao PNTI, como foi referido, sendo este o assunto que se irá abordar nesta seção. Por forma a abordar da melhor maneira este assunto, far-se-á uma análise às iniciativas que foram realizadas na região de Castelo Branco devido aos fundos comunitários e quais as suas implicações.

A escolha por este local, como já foi referido, centrou-se na questão de ser uma Unidade focada nos fundos comunitários, uma das ferramentas mais importantes da EU, como é dito na página *web* da Comissão Europeia. Este recurso é usado para apoiar e financiar diversos projetos nos países da União, e a sua elegibilidade e aquisição ainda suscitavam algumas dúvidas ao mestrando.

Os meses que foram passados integrado nesta Unidade foram de extrema importância para a obtenção de conhecimentos e rotinas no que toca ao contexto profissional. Sendo um estágio curricular de curta duração, existiram alguns aspetos respeitantes ao processo de candidatura a fundos comunitários que não foram passíveis de observação e interação pelo aluno, contudo foi possível a aquisição de diversos conhecimentos que complementaram tudo o que já havia sido lecionado ao longo da licenciatura e do próprio Mestrado.

Em termos pessoais, todos os profissionais presentes na CMCB pautaram a sua conduta por uma extrema simpatia, mostrando-se sempre disponíveis para auxiliar em qualquer questão que fosse surgindo ao longo desses meses. Foram criadas boas relações profissionais que se têm mantido apesar do término do estágio já ter ocorrido há cerca de três anos.

Além da análise a diversos projetos referentes à vertente dos fundos comunitários, foi possível auxiliar também na realização do certame “Feira dos Sabores de Perdição”, certame esse que tem dado um maior protagonismo aos produtos e produtores da região da Beira Baixa e que em todas as edições tem trazido milhares de visitantes à cidade de Castelo Branco (Calado, 2018). Relativamente a este certame, auxiliou-se no contacto direto com produtores e outros intervenientes no evento, ajudando também na resolução de diversas questões logísticas que foram surgindo nas semanas que antecederam o certame.

Também neste âmbito, a presença nas ações de formação foi importante para um maior conhecimento acerca do trabalho em funções públicas, e houve lugar à interação com vários eventos culturais que se foram realizando na cidade, auxiliando também em

diversas questões logísticas e burocráticas necessárias para a correta realização dos mesmos.

Relativamente ao processo do estágio, houve alguns constrangimentos que fizeram com que a experiência não fosse a ideal no momento. Todas as burocracias e procedimentos necessários à realização de um estágio causaram atrasos ao início do mesmo, facto que condicionou o planeamento que havia sido previsto inicialmente. No entanto, assim que toda a burocracia foi tratada, o estágio iniciou-se sem quaisquer problemas e a ligação entre as entidades, sempre que foi requisitada, foi eficaz e célere.

Como sugestão para futuros estágios, um aumento nas reuniões entre responsáveis das duas entidades e o mestrando é essencial para se definir e ir ajustando o objetivo do relatório de estágio por modo a facilitar a elaboração do mesmo e a agilizar o planeamento das atividades destinadas ao mestrando ao longo dos meses.

## **8. Considerações finais**

O projeto do Parque Natural do Tejo Internacional, assunto no qual se baseia o relatório, é um dos projetos internacionais mais relevantes em que Castelo Branco se encontra envolvido, como se verifica na sua presença nos relatórios de avaliação e projeção do município.

Este projeto encontra-se assente na vertente dos fundos comunitários, sendo por isso um dos tópicos que também foi muito abordado neste relatório. Estes fundos têm sido usados não só para o desenvolvimento turístico da região, como também para o desenvolvimento territorial da mesma (CEDRU, 2015).

Conforme é referido no Plano de Desenvolvimento Turístico de Castelo Branco, os fundos comunitários são uma mais-valia para a região, tendo permitido não só um incremento para o turismo e uma melhoria a nível da qualificação territorial, como também ajudam o município a estabelecer melhores relações com os municípios vizinhos, sejam eles nacionais ou transfronteiriços. Projetos como o do PNTI trazem ao município uma maior visibilidade, além de fornecerem melhorias a nível territorial e a nível de infraestruturas. São projetos que se encontram cimentados há vários anos na região, estão assentes numa parceria sólida e têm trazido inovação a uma região que, pela localização geográfica, menor densidade populacional e menor capacidade económica está necessitada dela.

Após a análise do projeto do PNTI e do impacto que este tem tido na região, conclui-se que este tipo de projetos é fundamental na localidade. As ações que foram realizadas devido ao mesmo têm beneficiado o município e a região, e este tipo de parcerias são muito importantes para um município que se quer internacionalizar e conseguir uma maior visibilidade e notoriedade. Os fundos comunitários, sendo a forma de financiamento principal do projeto, são também eles de extrema relevância e é essencial que o município, através da Unidade de Planeamento, Promoção e Desenvolvimento Económico da CMCB, continue a apresentar candidaturas competentes que consigam angariar os fundos.

Em jeito de conclusão, pode retirar-se deste relatório dois eixos de questões relevantes para trabalhos futuros. Em primeiro lugar, dado o papel observado dos fundos estruturais, com resultados visíveis a nível económico, cultural, turístico e social, poderão estes assumir-se como um impulso relevante no desenvolvimento de uma diplomacia económica local? Em segundo lugar, o estudo dos fatores que condicionam o desenvolvimento de uma política de Relações Internacionais por parte dos municípios carece ainda de uma maior investigação. Os estudos que se focam na participação dos municípios em atividades internacionais ainda apresentam, como foi possível analisar, resultados modestos. Que determinantes e quais as áreas e mecanismos de operacionalização justificam um esforço de investigação adicional?

## 9. Bibliografia

ICNF (2018). *Plano de Valorização do Parque Natural do Tejo Internacional 2018-2022*.

Interreg Espanha-Portugal (2013). *Taejo Internacional Rede: Interreg Espanha-Portugal*.

Rodrigues et al (2011). *Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo*. Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território.

Almeida, C.; Neves, J. (2019). *Livro Oficial do Parque Natural do Tejo Internacional*. ICNF.

Palacios, M. J.; Pérez, J.; Sánchez, A.; e Munoz, P. (coords.) (2010). *Catálogo Regional de Especies Amenazadas de Extremadura: Fauna I*. Consejería de Industria, Energía y Medio Ambiente. Junta de Extremadura.

Canilho, S. (2011). *Definição de Temáticas Científicas, propostas de valorização e divulgação do monumento natural das Portas de Ródão, e suas imediações, para turismo científico*. Vila Velha de Ródão: Açafa On-line, nº 4.

Sundseth, K. (2008). *Natura 2000: Protecting Europe's biodiversity*. European Commission.

Baronet, P. R. (2012). *Porque se dá o despovoamento das regiões do interior: A construção social das trajetórias de saída*. Coimbra: Oficina do CES, nº 383.

Mateus, A. (2015). *Estratégia de Desenvolvimento do Concelho de Castelo Branco: Relatório final*. Câmara Municipal de Castelo Branco.

Diputación de Cáceres, GPA-AEDL (2013). *Análisis socioeconómico de la ciudad de Cáceres: Área de Desarrollo Local y Formación*. Diputación de Cáceres (8 de setembro de 2020). <http://observatorio.dip-caceres.es/Observatorio2/documentosPDF/Estudios%20recientes/7-Informe%20socioeconomico%20de%20la%20provincia%20de%20Caceres.%20I%20semestre%20de%202012.pdf>

Portugal 2020 (2020). *Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para 2014-2020*. Portugal 2020 (18 de outubro de 2020). <http://www.pdr-2020.pt/O-PDR2020>

Gaspar, J. (2015). *Castelo Branco 2030: Relatório final*. Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda.

Serrano, J.; Ramos, G.; Afonso, P.; Silveira, P. (2007). *Carta Educativa do Concelho de Castelo Branco*. Instituto Politécnico de Castelo Branco, Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional.

Pinheiro, E. C. (2020). *Breve contextualização histórica da indústria de lanifícios da Beira Interior*.

Albergaria, H.; Castro, J.; Silva, C. (2010). *EUROACE 2020: Uma estratégia para a Eurorregião Alentejo-Centro-Extremadura*.

Coimbra, C. (2002). *Região Centro, Alentejo e Extremadura: Um estudo comparativo da região de fronteira*. Instituto Nacional de Estatísticas.

Mendoza, I.; López, J. M. (2015). *Caracterização económica e empresarial da Eurorregião*. Gobierno de Extremadura.

Simões, J. M. et al (2008). *Beira Interior Sul: Estratégia de Desenvolvimento e Plano de Ação 2007-2013*. CEDRU.

Hall, S. (1997). *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. Thousand Oaks, California: SAGE.

EAPN (2011). *A Estratégia Europa 2020*. European Anti-Poverty Network (8 de setembro de 2020). [https://www.eapn.pt/iefp/docs/Estrategia\\_Europa\\_2020.pdf](https://www.eapn.pt/iefp/docs/Estrategia_Europa_2020.pdf)

Portugal 2020 (2014). *Portugal 2020: Acordo de Parceria 2014-2020* (8 de setembro de 2020). <https://www.historico.portugal.gov.pt/media/1489775/20140730%20Acordo%20Parceria%20UE.pdf>

Global Governance Futures (2018). *Think Local and Act Global: A Conversation with GGF 2030 fellow Cara Stauff*. Global Governance Futures (8 de setembro de 2020).

<https://www.globalpolicyjournal.com/blog/09/11/2018/think-local-and-act-global-conversation-ggf-2030-fellow-cara-stauss>

Duchacek, I. (1990). *The territorial dimensions of politics: within, among and across nations*. Boulder: Westview Press.

Duchacek, I.; Soldatos, P. (1990). *Perforated sovereignties: towards a typology of new actors*. Federalism and International Relations: the role of subnational units. International relations, Michelmann, H. New York: Oxford University Press.

Casson, R.; Dardanelli, P. (2012). *Local Government Paradiplomacy in the UK: The Case of the Kent-Virginia Project*. Local Government Studies

Fonseca, M. G. (2011). *A atuação internacional dos entes subnacionais: Breve análise da condição de atores das relações internacionais e sujeitos do direito internacional*.

CEDRU (2015). *Plano de Desenvolvimento Turístico Castelo Branco 2015-2025: relatório final*. Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional e Urbano, Câmara Municipal de Castelo Branco (9 de setembro de 2020). [https://www.cm-castelobranco.pt/media/1681/pdt\\_cb.pdf](https://www.cm-castelobranco.pt/media/1681/pdt_cb.pdf)

Barber, B. (2013). *If mayors ruled the world: Why cities can and should govern globally and how they already do*. New Haven: Yale University Press.

Van der Heiden, N. (2010). *Urban foreign policy and domestic dilemmas: Insights from Swiss and EU city-regions*. Zurich: ECPR Press.

Kübler, D., & Piliutyte, J. (2007). *Intergovernmental relations and international urban strategies: constraints and opportunities in multilevel polities*. Environment and planning C: government and policy, 25(3), 357-373. DOI: 10.1068/c0637

Kübler, D., & Pagano, M. A. (2012). *Urban politics as multilevel analysis*. *The Oxford handbook of urban politics*. Oxford Handbooks Online: The Oxford Handbook of Urban Politics, DOI: 10.1093/oxfordhb/9780195367867.013.0007

Lefèvre, C., & d'Albergo, E. (2007). *Why cities are looking abroad and how they go about it*. Environment and Planning C: Government and Policy, 25(3), 1-16. DOI: 10.1068/c2503ed

Nandram, P. (2017). *Municipal Engagement in International Affairs: A case-study of Amsterdam from 2006 until 2016*. <https://core.ac.uk/download/pdf/94139026.pdf>

Rooij, R.A.A. de. (2002). *The impact of the European Union on local government in the Netherlands*. *Journal of European Public Policy*, 9(3), 447-467. DOI: 10.180/13501760210139713

Melissen, J., & van der Pluijm, R. (2007). *City Diplomacy: The Expanding Role of Cities in International Politics*. The Hague: Clingendael. <https://www.clingendael.nl>

## 10. Webgrafia

Instituto Nacional de Estatísticas (7 de setembro de 2020). [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0007822&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007822&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2)

PORDATA (7 de setembro de 2020). <https://www.pordata.pt/>

Instituto do Emprego e Formação Profissional (7 de setembro de 2020). <https://www.iefp.pt/estatisticas>

CMCB (2020). *Mapa Territorial*. Câmara Municipal de Castelo Branco (7 de setembro de 2020). <https://www.cm-castelobranco.pt/municipe/castelo-branco/mapa-territorial/>

Câmara Municipal de Castelo Branco (7 de setembro de 2020). <https://www.cm-castelobranco.pt/>

Farias, A. N.; Raposo, M. (2013). *Inaugurado Centro de Cultura Contemporânea de Castelo Branco*. RTP Notícias (18 de setembro de 2020). [https://www.rtp.pt/noticias/cultura/inaugurado-centro-de-cultura-contemporanea-de-castelo-branco\\_v687763](https://www.rtp.pt/noticias/cultura/inaugurado-centro-de-cultura-contemporanea-de-castelo-branco_v687763)

Reconquista (2005). *Cargaleiro, o regresso às raízes*. *Jornal Reconquista* (18 de setembro de 2020). [http://www.fundacaomanuelcargaleiro.pt/media/82597/\\_reconquista\\_16092005.pdf](http://www.fundacaomanuelcargaleiro.pt/media/82597/_reconquista_16092005.pdf)

Faria, L. M. (2016). *A literatura e outros equipamentos culturais*. Expresso (18 de setembro de 2020). <https://expresso.pt/cultura/2016-04-12-A-literatura-e-outros-equipamentos-culturais>

Ruivo, J. (2002). *Protocolo para a cultura*. Ensino Magazine Online, nº 48 (18 de setembro de 2020). <http://historico.ensino.eu/2002/fev2002/politecnico1.html>

Comissão Europeia (23 de setembro de 2020). [https://ec.europa.eu/info/index\\_pt](https://ec.europa.eu/info/index_pt)

Calado, P. (2018). *Castelo Branco: Sabores de Perdição levou milhares ao centro da cidade*. Diário Digital Castelo Branco (28-09-2020). <https://www.diariodigitalcastelobranco.pt/noticia/46203/>

Diário Digital Castelo Branco (2017). *InovCluster organizou a participação de empresas portuguesas na feira internacional Climatización y Refrigeración 2017*. Diário Digital Castelo Branco (28 de setembro de 2020). <https://www.diariodigitalcastelobranco.pt/noticia/41616/>

RCM, Lusa (2012). *Joaquim Morão acredita que deixa Castelo Branco melhor e sem dívidas*. Rádio Clube de Monsanto, Lusa (28 de setembro de 2020). <https://www.radiomonsanto.pt/detalhe-noticia.php?id=789>